

Dívida Externa Cinco milhões de pessoas votaram na consulta da CNBB pelo rompimento com o FMI

Plebiscito reúne 4,5% do eleitorado

**Marcelo de Moraes e
Bonança Mouteira**
De Brasília e do Rio

Mais de 5 milhões de pessoas participaram do plebiscito nacional para discutir a questão da dívida externa e apoiaram a interrupção do pagamento por não ter sido realizada uma auditoria pública desta dívida. Apoiaram também a suspensão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a interrupção por parte dos governos federal, estaduais e municipais do uso de recursos do Orçamento para pagar a dívida interna.

O plebiscito foi convocado por várias entidades da sociedade civil, encabeçadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e teve o apoio aberto dos partidos de oposição, tendo à frente o PT. Faltando ainda algumas urnas para serem computadas, a organização do evento totalizou ontem a participação de 5.476.115 pessoas. Isso representa 4,5% do eleitorado nacional. A suspensão do acordo com o FMI recebeu o apoio de 5.136.272 pessoas, contra a rejeição de 249.861.

A pergunta da cédula sobre a dívida externa foi a seguinte: "O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?" A abertura das urnas, afixadas sobretudo nas Igrejas, mostrou que 5.287.267 pessoas responderam que não, tendo 119.847 votos a favor da continuidade do pagamento. A interrupção do uso dos recursos orçamentários para pagar a dívida interna foi aprovada por 5.197.896 pessoas, e rechaçada por 134.156 que acham que a situação atual

deve ser mantida.

Os organizadores do evento e os partidos de oposição comemoraram a participação no plebiscito. O presidente nacional do PT, José Dirceu, apresenta agora um projeto de lei de referendo popular às perguntas feitas pelo plebiscito.

Apesar da celebração dos partidos de oposição, a adesão ao plebiscito foi pequena em vários Estados importantes. No Rio de Janeiro, votaram 271.291 pessoas, equivalentes a apenas 2,7% do eleitorado fluminense. Em Pernambuco, a adesão foi muito baixa também, com apenas 13.985 pessoas votando (2,1% do eleitorado). São Paulo produziu o maior número de participantes do plebiscito, mas proporcionalmente o número não é dos melhores. Ao todo, foram 1.049.047 participantes, representando uma faixa de 4,5% do eleitorado paulista. A maior participação proporcional foi no Espírito Santo, com 335.016, equivalente a 17,4% do eleitorado capixaba. O segundo melhor desempenho foi em Rondônia: 123.669 pessoas, numa faixa de 14,7% dos eleitores locais.

A pequena adesão no Rio não foi orientada pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, embora ele mesmo tenha dito, ontem, que não concorda com uma decisão unilateral de moratória da dívida externa. Ele afirmou que, como o próprio Papa João Paulo II já declarou, é a favor do perdão da dívida externa dos países mais pobres. "Perdão é diferente de calote ou moratória", esclareceu.

Por isso, segundo D. Eugênio, a Arquidiocese não teve qualquer envolvimento no plebiscito promovido pela CNBB sobre a dívida

externa mas não tomou uma posição contra ou a favor da votação. "Não impedimos ninguém de votar pois as urnas estiveram espalhadas pela cidade", comentou, garantindo que não houve participação das paróquias.

D. Eugênio participou, ontem, do lançamento oficial da captação de recursos para o Banco da Providência, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O objetivo é captar recursos no mercado através de doações de empresas para o banco. O programa prevê a venda de cotas que somam R\$ 1,1 milhão no próximo ano — equivalente a 36% do orçamento de R\$ 3,1 milhões do banco.

Em quatro anos, o banco pretende estar captando todo o orçamento no mercado de forma a poder liberar os recursos obtidos com a Feira da Providência para projetos específicos. Em 2001, a receita da feira responderá por cerca de 70% do orçamento do banco. Atualmente, responde por mais de 95% do orçamento.



D. Eugênio na Bolsa do Rio: "Sou a favor do perdão, que é diferente de moratória. Não impedimos ninguém de votar"